

# Acesso Comunitário às TICs: uma contribuição ao Manual de Lisboa

## *Acceso y Uso de las TICs en los centros comunitarios digitales - CCDs*

*Rosa María Porcaro*<sup>\*</sup>  
*Arnaldo Lyrio Barreto*<sup>\*\*</sup>

### 1 Introdução

De acordo com a *Matriz de la Sociedad de la Información y el Conocimiento* do Manual de Lisboa (RICYT, 2008), os centros comunitários digitais - CCDs - correspondem a uma desagregação da linha *(fila) Outras Instituições*. Os CCDs são espaços institucionais dos setores público ou privado, sindicatos, outras organizações da sociedade civil, ou formas combinadas destas, com atuação voltada para ações que visem a redução da brecha digital, através da disponibilização de acesso coletivo às tecnologias de informação e comunicação - TICs, em especial à Internet.

Neste enfoque, analisa-se a penetração da tecnologia nas camadas menos favorecidas da população, cuja possibilidade de acesso digital se realiza por meio da **conectividade comunitária**. Este acesso é fornecido por meio dos centros comunitários digitais - CCDs.

Neste contexto, considera-se tanto as pessoas sem condição econômica de acesso individual quanto as localidades distantes que não dispõem - ou dispõem precariamente - de serviços de telecomunicações. Isto inclui, predominantemente, as pessoas que somente podem ter acesso às TICs se este for gratuito ou fortemente subsidiado.

### 2 Que são os Centros Comunitários Digitais - CCDs?

O acesso às TICs tem sido, freqüentemente, considerado decisivo no debate sobre a transição dos países não desenvolvidos para a Sociedade da Informação. Nesta transição, a **universalização do acesso às TICs** é vista como requisito essencial para a inserção dos indivíduos como cidadãos na sociedade global.

A promoção da universalização do acesso digital tem sido, pois, objeto de preocupação de importantes organizações multinacionais, bem como objetivo explícito de políticas públicas de inclusão social dos países não desenvolvidos. Formas de viabilização do acesso universal têm sido debatidas em distintos fóruns - internacionais, regionais, nacionais, locais etc. - envolvendo distintos setores - governos, empresas, ONGs, sindicatos etc. - e vêm, cada vez mais, se traduzindo em formulações de intenções - metas a serem alcançadas -, e em implementação de medidas de políticas públicas de inclusão digital. Dentre estas formas destaca-se a adoção de **políticas de conectividade comunitária**, que visam fornecer à população acesso aos serviços de telecomunicação, com ênfase para o uso da Internet, banda larga, por intermédio dos CCDs.

De fato, na última década, a comunidade internacional reconheceu e enfatizou a necessidade de se considerar as TICs como um fator de desenvolvimento e passou a considerar crucial se favorecer o acesso e o uso das TIC na sociedades menos desenvolvidas.

---

\* Pesquisadora, Doutora em Ciência da Informação (UFRJ/ECO e CNPq/IBICT), [rosaporcaro@uol.com.br](mailto:rosaporcaro@uol.com.br)

\*\* Pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE - Doutorando em Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, [arnaldo.barreto@ibge.gov.br](mailto:arnaldo.barreto@ibge.gov.br)

Uma das iniciativas internacionais mais importantes foi a realização da Cúpula (*Cumbre*) Mundial da Sociedade da Informação - CMSI -, em suas duas fases, 2003 e 2005 (Genebra e Tunis) e as inúmeras reuniões intermediárias regionais, com o propósito de buscar elementos para a criação de “uma sociedade da informação para todos”. Um dos objetivos formulados pela CMSI foi a redução das desigualdades entre países e pessoas através da promoção do acesso digital a todos.

Assim, o Plano de Ação adotado pela Cúpula reconhece a necessidade de se buscar o acesso e o uso mais equitativo das TICs e estabelece objetivos e metas para “melhorar a **conectividade** e o **acesso** às TICs (...), que devem ser alcançados antes de 2015 (...). Entre estes objetivos está o de conectar localidades com as TICs e criar pontos de acesso comunitário.” (ITU, 2003-a).

O referido Plano estabelece a necessidade de se avaliar e monitorar os resultados obtidos com relação à aplicação dos objetivos e metas formuladas. Para isto reconhece a necessidade de se desenvolver indicadores estatísticos comparáveis e pesquisas que levem em conta as circunstâncias de cada país.

A partir da CMSI vários projetos e processos foram, então, deslanchados globalmente e regionalmente, estando entre eles o da criação de um conjunto consistente de indicadores TICs.

No que diz respeito à mensuração da brecha digital na América Latina e no Caribe, trabalho consistente e contínuo tem sido desenvolvido pelas Nações Unidas através da CEPAL - OSILAC e CEA - e da ITU; por entidades regionais como a CITEC e a REGULATEL e por diversos países da região <sup>1</sup>. Há que se destacar, também, a atuação regional do *Partnership on Measuring ICT for Development* <sup>2</sup> (*Asociación para la Medición de las TIC para el Desarrollo*, em espanhol), uma associação internacional criada no âmbito da CMSI, que se preocupa com a redução do *gap* internacional de informações relativas às TICs.

Com relação à mensuração do acesso coletivo, através dos CCDs, significativos avanços vêm sendo realizados em alguns países da Região <sup>3</sup>, entre os quais são comumente citados como exemplos de melhores práticas o México e o Chile. É importante ressaltar que a criação dos CCDs é uma iniciativa típica de países com significativo atraso na distribuição e uso das tecnologias em relação ao seu território e à sua população. Assim, existem relativamente poucos documentos de organismos internacionais sobre o tema, bem como pouca expertise na mensuração.

Na região, os principais desenvolvimentos quanto ao conceito e as definições hoje em uso, foram alcançados a partir dos *Talleres* do México de 2003 e 2004, promovidos pela ITU e do qual participaram Estados membros, organismos regionais e agências reguladoras. Foi, então, identificado um conjunto de indicadores para avaliar o progresso do acesso comunitário às TICs (ITU, 2004-a, p. 2). Estes avanços foram consolidados no V Encontro Mundial de Telecomunicações - organizado pela ITU, Genebra 2006 - que teve como um de seus focos a discussão dos indicadores TIC, entre eles os *“community access indicators”* (ITU, 2007-a, p. 12-14).

Considerando que a atual política de conectividade comunitária dos países da região objetiva disponibilizar, através de centros comunitários digitais, o acesso aos serviços de Internet e aos de telecomunicações -, o *Taller* 2004, em seu documento final *Recomendación* - Anexo 1 (ITU, 2003-b), se preocupou com a conceituação de acesso universal e de locais acesso público <sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Encontra-se ao final do texto uma lista das **SIGLAS** usadas.

<sup>2</sup> Formado pela ITU, OECD, Unctad, Unesco *Institute for Statistics*, UN *Regional Commissions* (Eclac/CEPAL, Escwa, Escap, Eca), UN ICT *Task Force* e o Banco Mundial.

<sup>3</sup> Observa-se que o *Statistical Workshop: Monitoring the Information Society: Data, Measurement and Methods. “Adopción de Indicadores e Índices para el Acceso Comunitario*, realizado no contexto da CMSI (em Genebra, 2003) e promovido pela UNESCO *Institute for Statistics* (UIS), a UNECE, UNCTAD, ITU, OECD e Eurostat, toma por base as propostas da região (ITU, 2003-b).

<sup>4</sup> É destacado que o acesso universal se distingue do serviço universal, que deve contar com, pelo menos, os seguintes indicadores, provenientes, em geral, das *Oficinas Nacionales de Estadística* - ONEs: Domicílios que contam com eletricidade;

**Acesso universal:** refere-se ao número de pessoas de um país que tem cobertura das TICs, o que requer a infra-estrutura necessária para prestar os diferentes serviços que suportam estas novas tecnologias. O acesso universal pode ser garantido de várias maneiras: domicílio, trabalho, escola etc., sendo uma delas os centros públicos de acesso à Internet - CPAIs. Estes CPAIs são constituídos dos CCDs e outros CPAIs.

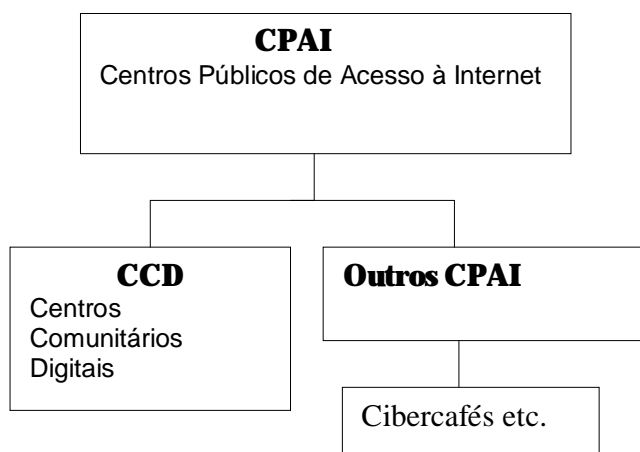
**Centro Público de Acesso à Internet - CPAI:** são lugares, centros ou estabelecimentos de ensino, onde o público pode ter acesso à Internet, em tempo integral ou parcial. Entre estes cabe destacar os centros comunitários digitais, os cibercafés, *lan houses*, as bibliotecas, os centros educativos e outros estabelecimentos similares, desde que permitam o acesso à Internet ao público em geral.

**Centro Comunitário Digital - CCD:** são lugares onde o público pode acessar serviços de Internet a partir de terminais postos à sua disposição. Os CCDs são resultados de **medidas governamentais** visando **garantir o acesso universal**. Devem oferecer um acesso equitativo, universal e exequível.

**Outros CPAIs:** são centros que não se enquadram no conceito de CCD.

É sugerido que se desagreguem os estabelecimentos em **privados** e **públicos**.

A **Figura 1** ilustra a classificação proposta.



**Requisitos mínimos para considerar um CPAI como um CCD:** ao menos um computador; uma velocidade mínima de conexão ao provedor de serviços de Internet de 64 kbps por centro e uma largura de banda aceitável a disposição dos usuários; ao menos uma impressora; apoio e manutenção técnicos; horário de abertura mínimo por semana de 20 horas.

A partir do conjunto de critérios usados para a classificação de um **CCD** é fator determinante a questão de ele ser **proveniente de medidas governamentais de acesso universal**. Isto garantiria, em muitos casos, acesso gratuito ou subsidiado e recursos humanos colocados à disposição dos usuários e para manutenção.

Cabe ressaltar que dentre os segmentos de mensuração do acesso público propostos - *Taller2004* sob a coordenação da ITU - se está dando relevo aos **CCDs**, uma vez que se está privilegiando a questão da inclusão digital no contexto das políticas públicas.

No entanto, como são várias e, às vezes, distintas as formas encontradas pelos países da região para a formulação e implementação de suas políticas de inclusão digital - incluindo, além do acesso grátis ou subsidiado, o acesso comercial - e para não se afastar das recomendações - e comparações - internacionais se estará, também, levando em consideração os CPAIs.

Os CCDs, visto como um CPAIs subvencionados, podem, de fato, não existir em alguns países, especialmente nos mais desenvolvidos, onde o acesso domiciliar é quase absoluto. Porém, existem outros CPAIs - cibercafés, *lan houses* etc. -, espaços comerciais de acesso público.

### 3 Para que medir os centros comunitários digitais?

Como a maioria das pessoas nos países não desenvolvidos não conta com acesso direto ao computador e à Internet, o acesso comunitário torna-se crucial para as políticas públicas que visam propiciar o acesso a todas as pessoas, constituindo-se uma sociedade da informação para todos. Cabe, então, à política de conectividade comunitária disponibilizar às pessoas da comunidade, através de CCDs, o acesso aos serviços de Internet e aos de telecomunicações.

Nesta concepção, considera-se que as TICs têm modificado os meios de acesso ao conhecimento, à informação e à comunicação. Disto decerrem o empenho dos países não desenvolvidos em utilizarem os CCDs como estratégia de políticas públicas de redução da brecha digital, disponibilizado acesso, em geral, em banda larga aos indivíduos e às localidades menos favorecidos, tanto em comunidades urbanas ou metropolitanas de baixa renda como em localidades pequenas e distantes dos principais centros urbanos do país.

A CEPAL, seguindo as determinações da CMSI, vêm enfatizando a importância da criação e manutenção de CCDs. Assim, em seu documento *"Hacia un Plan de Acción de América Latina y el Caribe para la Sociedad de la Información"; "eLAC 2007"* (CEPAL, 2008-a), elaborado no âmbito de uma reunião técnica regional da CMSI, a CEPAL apresenta como uma das metas de inclusão digital, para os países da região, o desenvolvimento - quantitativo e qualitativo - dos CCDs <sup>5</sup>.

Mais recentemente, a CEPAL, através do documento *eLAC 2010* (discutido e aprovado no *II Ministerial Conference on the Information Society in Latin America and the Caribbean*) (CEPAL, 2008-b), reafirma a necessidade de incrementar e apoiar o desenvolvimento e iniciativas relacionadas aos centros comunitários digitais (telecentros) visando o acesso universal <sup>6</sup>.

Alcançar o "acesso universal significa que 100% de uma determinada população podem obter, como mínimo, acesso público a um determinado serviço, mediante facilidades públicas ou comunitárias razoavelmente disponíveis e acessíveis, e que aqueles que desejam e têm capacidade de custear em sua totalidade preços baseados em custos, possam obter a aquisição de um serviço individual ou familiar". (Regulatel, 2006-a, p.3) <sup>7</sup>. O grau de acesso universal alcançado refere-se, pois, ao número

---

<sup>5</sup> Esta meta é abordada no tema Acesso e Inclusão Digital. Os demais temas são: Criação de Capacidades e de Conhecimento; Transparência e Eficiência Pública; Instrumentos de Política e; Ambiente Habilitador. PORCARO e BARRETO (2005) elaboram um estudo sobre os indicadores da sociedade da informação na América Latina, onde as metas e medidas propostas no e-Lac 2007 são consideradas.

<sup>6</sup> Os CCDs são tratados na área temática Infra-estrutura e Acesso. As demais áreas temáticas são: Educação e Capacitação, Saúde; Gestão Pública e Governo Eletrônico; Setor Produtivo e Negócios Eletrônicos; e Instrumentos de políticas e estratégias.

<sup>7</sup> Para a Regulatel "O **acesso universal** às telecomunicações implica na disponibilidade razoável de instalações de redes e serviços, em termos de cobertura geográfica e de pontos de acesso público, de tal maneira que cidadãos e instituições possam obter os serviços dentro de suas comunidades locais em forma privada ou através de instalações públicas compartilhadas." (Regulatel, 2006-a, p.3).

percentual de pessoas de um país que tem cobertura TIC, sendo, então, o complemento (percentual que falta para os 100%) a população alvo dos objetivos das políticas públicas de inclusão digital.

Assim, na busca de fornecer à população facilidades mínimas de conectividade, os CCDs sobressaem como instrumento central de política pública de inclusão digital.

Ressalta-se o papel fundamental das estatísticas e dos indicadores para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas de inclusão digital, considerados ferramentas fundamentais para a análise da eficácia das políticas em implementação ou já implementadas. Assim as estatísticas e os indicadores contribuem para a verificação do quanto se está cumprindo das estratégias traçadas. Por outro lado, servem, também, para mapear a exclusão digital de cada país, bem como para estabelecer comparações regional e internacional.

#### 4 Como medir os centros comunitários digitais?

Apesar do reconhecimento dos CCDs como forte instrumento de política pública de redução da brecha digital, ainda são insuficientes os esforços despendidos, na maioria dos países da região, para a obtenção de uma mensuração abrangente e continuada deles.

Na realidade, a mensuração destes centros envolve diversos tipos de dificuldades metodológicas e operacionais, que se relacionam tanto à natureza - origem - das informações e aos conceitos envolvidos quanto às unidades de análises.

Assim, apesar da concordância existente entre os gestores da produção oficial de estatística<sup>8</sup> - ITU e CEPAL/OSILAC (Nações Unidas) e *Partnership on Measuring ICT for Development* - sobre os indicadores a serem construídos, muitos são os obstáculos a serem superados.

Neste contexto, considerou-se, então, necessário tecer algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas, muito especialmente, no que se refere aos indicadores provenientes de dados administrativos. Para estes são apresentados dois exemplos de boas práticas: Chile e México.

De forma geral, pode-se dizer que as estatísticas e os indicadores sobre os CCDs relacionam-se às óticas da **oferta** e da **demanda**, cabendo à primeira mensurar os locais/centros de acesso, os tipos de centros, sua infra-estrutura e distribuição geográfica e à segunda quantificar e qualificar os indivíduos que acessam a internet a partir de locais de acesso comunitários ou comerciais.

As estatísticas e os indicadores de **oferta** são provenientes de registros de administrativos de difícil manipulação, sistematização e totalização porque têm como fontes distintas procedências administrativas. São, muitas vezes, dados administrativos com pouco ou nenhum tratamento estatístico. As informações de **demanda** são oriundas de estatísticas oficiais, procedentes, especialmente, de pesquisas domiciliares (*encuestas de hogares*). São informações estatísticas que seguem metodologias internacionais, consistentes e sedimentadas, recomendadas e coordenadas pelos gestores desta produção estatística.

Os dois Quadros a seguir mostram os indicadores de acessos público e comunitário. O Quadro 1 apresenta uma sistematização dos indicadores acordados no *Taller* 2004 e solicitados pela ITU (Porcaro e Barreto, 2007, p.14) e o Quadro 2 refere-se ao questionário que a ITU solicita aos países, também discutido no referido *Taller*.

---

<sup>8</sup> Organizações multinacionais e suas subsidiárias regionais que se ocupam com a padronização e/ou a harmonização das estatísticas no mundo.

**Quadro 1 - Indicadores de Acesso Público e Comunitário Propostos - Taller e ITU**

<b>Indicadores Acordados no <i>Taller</i></b>	<b>Fonte de Dados</b>	<b>Indicadores ITU</b>
<b><u>Indicadores Territoriais</u></b>		
Número de Localidades (municípios, pueblos) com CPAIs <sup>(*)</sup>	RA	36.3
Porcentagem das Localidades com CPAIs	RA	36.4
Porcentagem de População que tem um CPAI em seu Município	RA / EH	36.5
<b><u>Indicadores de Usuário</u></b>		
População Potencial CCD (6 anos e +) (a)	EH	
Número de Usuários de Internet não comunitários (b)	EH	
População Objetivo para os serviços dos CCDs (a-b)	EH	36.6
<b><u>Indicadores de Uso e Infraestrutura</u></b>		
Número Total de CPAIs	RA	36
Número Total de CCDs	RA	36.1
Número Total de Outros CPAIs	RA	36.2
Número Total de Computadores nos CCDs	RA	36.7
Número Médio de Computadores nos CCDs	RA	
Número Total de Usuários de CPAIs	RA	
Número de Usuários de CPAIs	RA	
Número de Usuários de CCDs	RA	
Número de Usuários de Outros CPAIs	RA	
<b><u>Utilização dos Indicadores de Infraestrutura</u></b>		
% de Utilização Real (usuários/pop.objetivo)	RA	36.8
Taxa Média de Utilização dos CCDs	RA	
Densidade dos CCDs nas áreas Urbanas	RA / EH	
Densidade dos CCDs nas áreas Rurais	RA / EH	

<sup>(\*)</sup> Desagregado por tamanho populacional e por governamental ou privado

**Legendas – Resumo**

<b>Tipo / Fonte</b>	
<b>EH</b>	Estatística oficial de <i>Hogares</i> (Domicílios)
<b>RA</b>	Registro administrativo

Quadro 2: Questionário ITU - *Taller*2004 - para CPAI (CAIP)<sup>9</sup> e CCD

CUESTIONARIO

Taller Mundial de Indicadores para el Acceso Comunitario a las TICs  
Ciudad de México, 16-19 de Noviembre de 2004

PORCENTAJE DE POBLACIÓN CON ACCESO A LOS CAIP's\*

	Localidad por rango de habitantes	Número de localidades	Población	Cobertura de los CAIP's							
				Gubernamental		Privada		Total		Porcentaje	
				Localidades	Población	Localidades	Población	Localidades	Población	Localidades	Población
Total											
Urbano	> 500 000										
	50 000-499 999										
	10 000-49 999										
	2 500-9 999										
Rural	1 000-2 499										
	500-999										
	100-499 1-99										

\* Para una definición detallada del término CAIP, ver Anexo VII.

Nota: Cuando se capturen los datos en la tabla, los países con diferentes categorías/clasificaciones/definiciones (por ejemplo para los rangos de población urbana y rural) deben indicar lo anterior y si es necesario adaptar la tabla.

NÚMERO DE CAIP's POR TIPO **				USUARIOS POR TIPO			
Total	Centro Comunitario Digital (CCD)**	Otros (CAIP's)**	Centros Educativos***	Total	Centro Comunitario Digital (CCD)	Otros (CAIP's)**	Centros Educativos***

\*\* Para una definición detallada de los términos CAIP y CCD, ver Anexo VII.

\*\*\* Solamente cuando estén abiertos al público en general, fuera de los horarios docentes.

INDICADORES DE USO E INFRAESTRUCTURA

	Población Potencial (1)	Población objetivo de servicios de CCD (2)	Utilización Real (3)	Tasa promedio de Utilización de CCD (4)	Densidad de los CCD's en áreas rurales (5)	Densidad de los CCD's en áreas urbanas (6)	Número total de computadoras en los CCD's
TOTAL							

- Notas:
- 1) Población Potencial = Un usuario potencial de un CCD es cualquier persona de 6 años de edad o más.
  - 2) Población objetivo de servicios de CCD = Población potencial menos el número de usuarios no comunitarios de Internet.
  - 3) Utilización Real = Usuarios reales/Población objetivo de servicios de CCD ( donde un usuario real accede Internet al menos una vez al mes ).
  - 4) Tasa promedio de utilización de CCD = tiempo total de utilización de CCD/tiempo total disponible por CCD
  - 5) Densidad de los CCD's en áreas rurales = (Número de CCD's en áreas rurales/ Población objetivo en áreas rurales) x 1 000 habitantes.
  - 6) Densidad de los CCD's en áreas urbanas = (Número de CCD's en áreas urbanas/ Población objetivo en áreas urbanas) x 1 000 habitantes.

<sup>9</sup> O presente questionário ITU utiliza para denominar CPAI o termo CAIP - *Centro para Acesso de Internet al Público* -, uma tradução da sigla em inglês PIAC - *Public Internet Access Center*. O questionário é encontrado em [http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/05\\_Questionnaire\\_s.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/05_Questionnaire_s.pdf).

O termo CPAI, como usado neste trabalho, é o adotado a partir da *Recomendación do Taller*(ITU, 2004-a).

#### 4.1 Lado da oferta: registros administrativos

Verifica-se, pelos Quadros 1 e 2, que muitos dos indicadores são de **oferta**, os que envolvem maiores dificuldades de levantamento e tratamento estatísticos. Observa-se no Quadro 1, que, à exceção dos Indicadores de Usuários, os demais indicadores (Territoriais, de Uso e Infra-estrutura e de Utilização da Infra-estrutura) - dependem de registros administrativos.

Os dados são oriundos de programas de inclusão digital, com inserções variadas: órgãos públicos, organizações da sociedade civil e setor privado, bem como formas combinadas destas. As fontes de informação são os programas governamentais de ministérios, de secretarias de estados e de municípios; de outros programas com subsídios governamentais; de programas de ONGs; de cooperativas; de sindicatos; de empresas etc.

Tantas fontes de dados geram registros administrativos dispersos, cujo tratamento estatístico requer planejamento e coordenação, sendo poucos os países da região que possuem reais condições de fornecer à ITU os indicadores que vêm sendo solicitados.

No *Taller*2004 foram citados como países da América Latina que coletam e divulgam dados de oferta a Venezuela, o Equador, o México e o Chile (OLAYA 2004, p.5). O México estaria contabilizando *"Cantidad de centros de acceso comunitario según tamaño de la población en pueblos y ciudades"* e, ainda, a *"Población asistida por los CAC"*; o Chile: *"Número de infocentros (incluye bibliotecas públicas - no incluye ciber-café privados)"*; o Equador: *"Cuadro de locales registrados y autorizados de cybercafés clasificados por provincia indicando cuales pertenecen al plan 'Internet Para Todos' "* e a Venezuela: *"Número de centros de acceso de telecomunicaciones"*.

Denominações distintas, como as mencionadas, podem envolver unidades de análise também distintas. Uma leitura possível é que os dados obtidos não sejam comparáveis entre si, isto é, não são dados harmonizados no contexto regional. México e Chile estariam contabilizando os CCDs; o Equador os *cybercafés* privados - CPAIs - e os que pertencem ao plano de governos Internet para Todos, que poderiam ser CCDs; e a Venezuela os CPAIs (ou parte deles).

Pelo Quadro 3 verifica-se que hoje a Venezuela também disponibiliza em seu *site* os CCDs – infocentros- , assim como o Brasil.

**Quadro 3 - Algumas nomenclaturas, definições, números de CCDs e nível de localidade**

Pais	Nomenclatura Utilizada para os CCDs locais	Características / Definição	Nº de CCDs informados	Nível de Localidade informado
Brasil	Telecentros Comunitários	<i>Telecentros Comunitários são espaços públicos providos de computadores conectados à internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação), com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas. O objetivo principal dos telecentros é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades aos cidadãos.</i> <a href="http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9827">http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=9827</a>	5.072	Estados / Municípios / Rua (Calle)
Chile	Infocentro	<i>Un Infocentro es un lugar que cuenta con computadoras conectadas a internet para que usted las pueda usar cuando quiera. Este servicio amplía sus posibilidades de conexión con otros y de acceso a información de todo tipo: profundizar en el conocimiento de la computación, confeccionar un currículum, prepararse en el uso de</i>	729	Region / Comuna / Localidad/ Calle

		<i>programas computacionales y otras actividades que le sean útiles, en Infocentro.</i> <a href="http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf_index.htm">http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf_index.htm</a>		
Colômbia	Telecentros	<i>Los telecentros son lugares de encuentro, aprendizaje y comunicación donde se ofrece el uso de las nuevas tecnologías de información y comunicación, TIC, como medios para el fortalecimiento y la gestión de iniciativas encaminadas a mejorar las condiciones de vida de las comunidades.</i> <a href="http://www.telecentros.org.co/index.shtml?apc=l1----&amp;s=b">http://www.telecentros.org.co/index.shtml?apc=l1----&amp;s=b</a>	922	<i>Departamento</i>
México	Centros Comunitarios Digitais	<i>Los Centros Comunitarios Digitales son lugares funcionales, con instalaciones cómodas, iluminación adecuada, espacio suficiente y cuentan con un encargado capacitado para asesorar a los usuarios sobre el manejo de los equipos y sus programas. Se encuentran en inmuebles gubernamentales como: escuelas, bibliotecas, hospitales, palacios municipales, oficinas de correos o de telégrafos, u otros lugares específicos, donde se instalan equipos de cómputo y de comunicación que permiten proporcionar al público en general servicios informáticos y de comunicaciones a precios accesibles para todos los niveles socioeconómicos de las poblaciones beneficiadas.</i> <a href="http://www.sct.gob.mx/conectividad/">http://www.sct.gob.mx/conectividad/</a>	7.200	<i>Estados / Municipios / Cabecera Municipal / Localidad / Calle</i>
Venezuela	Infocentros	<i>Son espacios de encuentro comunitario para el ejercicio de la democracia participativa donde, con el apoyo de las Tecnologías de Información y Comunicación, se impulsa la organización social y se promueve la apropiación del conocimiento a través de un proceso de formación e intercambio de saberes y conocimientos entre los diferentes actores sociales que hacen vida en la comunidad. Un infocentro es un espacio sociotecnológico para fortalecer el Poder Popular, su énfasis está en la comunidad, no en las tecnologías.</i> <a href="http://www.infocentro.gob.ve">http://www.infocentro.gob.ve</a>	635	<i>Estados / Municipios / Parroquia / Calle</i>

Fonte: N° CCDs informados

Brasil: <http://www.onid.org.br/mapas/>

Chile: [http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf\\_index.htm](http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf_index.htm) ou [http://www.infocentros.gov.cl/coni/red/inf\\_index.htm](http://www.infocentros.gov.cl/coni/red/inf_index.htm)

Colômbia: <http://www.telecentros.org.co/apc-aa-files/6f69756f696e6f69696e756f69756e6f/ResumenTelecentros.pdf>

México: [http://www.e-mexico.gob.mx/wb2/eMex/eMex\\_Ubica\\_tu\\_CCD](http://www.e-mexico.gob.mx/wb2/eMex/eMex_Ubica_tu_CCD)

Venezuela: [http://www.infocentro.gob.ve/infocentros\\_buscar.php?eid=0&mid=0&rid=0&page=1](http://www.infocentro.gob.ve/infocentros_buscar.php?eid=0&mid=0&rid=0&page=1)

Tratar registros dispersos requer um árduo trabalho de compatibilização, que pode se dar *ex ante* ou *ex post*. No primeiro caso considera-se que para se ter uma saída de dados passíveis de agregação e totalização imediatas é necessário que se trabalhe com conceitos e variáveis padronizados, isto é, estruturados na entrada. Aí se enquadram, por exemplo, Chile e México muitas vezes citados como exemplos de boas práticas. No segundo caso, os dados não são trabalhados na entrada, o que leva à necessidade de um esforço de harmonização a *posteriore*, exigindo tratamento adicional para agregação e totalização. Este é o caso do cadastro de CCDs do Brasil (BRASIL-ONID, 2008) <sup>10</sup>.

Também as simplificações público/governamental e privado/comercial propostas (Quadro 2) apresentam dificuldades. Muitos são os CCDs que possuem financiamento misto: comercial, franquia, organizações não governamental, universidades, escolas, governo (nos diferentes níveis), multi-propósitos (REGULATEL, 2006-b, p.2).

<sup>10</sup> É o Observatório Nacional de Inclusão Digital - ONID - que faz o cadastro dos CCDs do Brasil. "O ONID é uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil." (<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/onid>). Encontram-se cadastrados 5.070 centros, mas o cadastro ainda não está completo.

## Boas Práticas: dados organizados na entrada

### Chile

O Chile sempre se destacou na Região no que se relaciona ao planejamento de sua transição para a Sociedade da Informação, tendo elaborado programas e planos de ação<sup>11</sup> específicos voltados ao desenvolvimento digital. Assim, o Chile responde por uma divulgação relativamente ampla e consistente das metas e iniciativas formuladas e em realização, assim como de resultados obtidos. Isto reflete numa boa sistematização de informações, inclusive as dos CCDs, Infocentros, no caso.

Cabe à Subsecretaria de Telecomunicações - SUBTEL, subordinada ao Ministério dos Transportes e Telecomunicações, coordenar a Política Nacional de Infocentros (CHILE, 2001).

No âmbito desta política nacional, a SUBTEL coordena o Programa Nacional de Infocentros, instância em que participam distintas instituições públicas e privadas, cujo objetivo principal é buscar sinergias entre as distintas iniciativas de acesso comunitário no território nacional chileno. Representantes destas instituições compõem a *Coordinación Nacional de Infocentros* - CONI.

A partir do Programa Nacional de Infocentros foi construída uma rede nacional de infocentros, administrada pela CONI, que realiza o trabalho de construção de um Cadastro Nacional (CHILE, 2008-a) de CCDs e cibercafés, bem como o de monitoramento e acompanhamento dos infocentros.

*El Programa Nacional de Infocentros busca mediante esta coordinación el funcionamiento de una Red Nacional coordinada e interconectada, para la implementación de Centros de Acceso Comunitario a las Nuevas Tecnologías de Información (Tics), en general y acceso a Internet, en particular, por parte de la población, hasta en los lugares más apartados del territorio nacional, e independientemente de las condiciones económicas de sus habitantes.* (CHILE, 2008-b)

O Cadastro Nacional disponibiliza informações cadastrais e sobre o horário de funcionamento dos infocentros e preço cobrado, quando é o caso (CHILE, 2008-c). As informações disponibilizadas são:

Dados Gerais: *nombre, encargado, e-mail*

Localização *Ubicación: comuna, localidad, dirección, horario, telefono*

Institucional: *responsable, red patrocinadora*

O mesmo site fornece informações similares para os cibercafés, incluindo informações sobre os serviços disponíveis.

No site há totalização destes centros (infocentros e cibercafés) para cada região do país, o que permite a construção dos indicadores de oferta propostos para CCDs, para Região, Município e Localidade.

Quanto às estatísticas para mensurar a Sociedade da Informação, o Chile, através de seu instituto de estatística - INE -, investiga em suas pesquisas domiciliares o acesso a Internet a partir de *"un telecentro comunitario o infocentro (biblioteca)"* e *"en lugares privados (cibercafés, kiosknet, etc.)"*; para a população de 5 anos e mais.

### México

Nos citados *Taller mundial de indicadores de acceso comunitario a las TIC*, 2003 e 2004, realizados justamente na cidade do México, o país apresentou todas as informações solicitadas pela ITU, constantes do Quadro 2.

---

<sup>11</sup> Por exemplo: La Agenda Digital (AD): Chile 2004-2006 (2004); Programa de Fortalecimiento de la estrategia digital de Chile (2003); Agenda Gobierno Electronico (2002); Educarchile: El Portal Educativo de Chile (2005).

O México encontra-se bem estruturado na apresentação de suas proposições de políticas públicas para a inclusão digital, o que se pode perceber através de portal de governo eletrônico, *Sistema Nacional e-México* (MEXICO, 2008-b), que tem como prioridades as áreas de conectividade, conteúdos, sistemas e centros de dados, organizadas sobre 4 pilares: *e-Aprendizaje, e-Salud, e-Economiz e e-Gobierno*.

A *Secretaría de Comunicaciones y Transportes* - SCT é a entidade governamental que coordena o Sistema Nacional e-México. O e-México é uma coordenação específica da SCT, respondendo diretamente a esta. Em 2002, a SCT estabeleceu o *Convenio Intersecretarial de Conectividad del Sistema Nacional e-México*, que uniu vários órgãos governamentais para criar a primeira rede distribuída de conectividade do e-México, com co-responsabilidades, para a criação e disponibilização de CCDs .

No portal *e-México*, as informações são disponibilizadas por município, localidade, número de centros por localidade, endereço e nível educativo da unidade (se é uma instituição de ensino fundamental, médio, superior ou outro tipo como biblioteca, liceu etc) onde se insere o centro.

Do portal se acessa a base de dados relacionadas aos CCDs, onde há uma totalização destes centros para cada região do país, o que permite, então, a construção dos indicadores de oferta propostos para CCDs, para Região, Município e Localidade (MEXICO, 2008-a).

A SCT também volta sua atuação para os compromissos internacionais com relação à Sociedade da Informação. No *site* dessa Secretaria existem informações sucintas sobre a CMSI, os compromissos assumidos em Tunis e os objetivos do Milênio, o que demonstra a preocupação do México em participar ativamente do projeto global da Sociedade da Informação.

Quanto às estatísticas domiciliares para mensurar a Sociedade da Informação, o México, através de seu instituto de estatística - INEGI -, conta com pesquisas regulares que investigam, por um lado, *"centro de acceso público con costo"* e *"centro de acceso público sin costo"*; e, por outro, *"centro de acceso restringido con costo"* e *"centro de acceso restringido sin costo"*, para as população de 6 anos e mais.

Depreende-se que a forte coordenação do sistema e-México facilita o trabalho de sistematização e disponibilização de informações.

#### **4.2 Lado da demanda: ITU, CEPAL/ OSILAC e *Partnership on Measuring ICT for Development***

Quanto às informações relacionadas à **demanda**, estes gestores da produção oficial de estatísticas sugerem a utilização das pesquisas domiciliares para o levantamento dos indivíduos que utilizam a Internet por meio de acesso público.

Recomendam, então, a investigação dos locais de acesso comunitário e comercial à Internet, através dos quesitos (CEPAL, 2005, p. 26-27):

*HH8. Proporción de individuos que usaron Internet (en cualquier lugar) en los últimos 12 meses*

*HH9. Lugar de uso de Internet en los últimos 12 meses*

*En el hogar*

*En el lugar de trabajo*

*En un establecimiento educativo*

*En la casa de otra persona*

***En un local de acceso comunitario a Internet***

*Incluye el acceso en locales comunitarios, como bibliotecas públicas, cabinas de libre acceso a Internet, organismos estatales; normalmente el acceso es gratuito o a bajo costo. Esta categoría no debería figurar*

*en los cuestionarios nacionales, ya que cada país debería adecuar las categorías al tipo de locales con que cuenta.*

### ***En un local de acceso comercial a Internet***

*Incluye el acceso en cafés Internet o cibercafés, hoteles, aeropuertos; si bien se trata de lugares comerciales, el costo no es, necesariamente, el precio normal de mercado. Esta categoría no debería figurar en los cuestionarios nacionales, ya que cada país debería adecuar las categorías al tipo de locales con que cuenta.*

### ***En otros lugares***

Estas perguntas fornecem informações para os Indicadores de Usuário ( *Taller* 2004), sintetizados no indicador “População Objetivo para os serviços dos CCDs”, que é o resultado da subtração das pessoas do país com 6 anos e mais (população potencial) do número de pessoas que têm acesso não comunitário à Internet (acesso a partir de outros locais como domicílio, trabalho e escola). Por meio da utilização outras informações da pesquisa, como idade, gênero, nível educacional, situação do emprego e ocupação, pode-se construir indicadores do perfil sócio-demográfico dos usuários comunitários.

Em uma etapa inicial de discussão foi sugerida a investigação do acesso público a partir de centros de acesso grátis e pago para o período de referência dos últimos 3 meses (OSILAC, 2004). Porém, a partir da reunião final da CMSI (2005), o OSILAC, seguindo o *Partnership* e outros gestores, passou a propor o período de referência dos últimos 12 meses e local de acesso em substituição a centro de acesso.

São vários os países da região que possuem estas informações domiciliares, porém não há uma padronização quanto ao período de referência e a idade a partir da qual se faz a pergunta <sup>12</sup>. Com relação ao local de acesso, a maioria dos países ainda faz a pergunta para centro de acesso grátis/sem custo ou pago/com custo (orientação anterior do OSILAC).

A alteração para local de acesso comunitário ou comercial parece ter o intuito de buscar uma maior aproximação ao conceito de CCD (proveniente de medidas governamentais para garantir o acesso universal), que não leva em conta ser o acesso gratuito.

Apesar da tentativa de aproximação dos conceitos - lados da oferta e da demanda -, não se pode fazer uma associação direta entre os dados obtidos pelas pesquisas domiciliares - lado da demanda - com os provenientes dos programas de inclusão digital - lado da oferta. Acredita-se que haveria uma subestimação dos usuários dos CCDs se fosse tomada as informações domiciliares como *proxy* dos usuários de CCDs registros pelos programas de inclusão digital.

A recomendação de que a denominação dos locais de acesso varie segundo o país denota a inexistência de uma nomenclatura padronizada. As denominações utilizadas: telecentro, infocentro, centro de acesso comunitário, pontos de acesso etc. <sup>13</sup> podem significar definições diferentes entre e intra países, mas também podem englobar sob nomes diferentes a mesma conceituação. <sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Quanto ao período de referência tem-se 12 meses para Colômbia (2008), Costa Rica (2005), Honduras (2007) e Republica Dominicana (2005); 06 meses para Uruguai (2006) e Nicarágua (2005); 03 meses para Brasil 2005, El Salvador (2006) e Paraguai (2006); Mês anterior: Peru (2007); Uso freqüente: Chile (2006); Sem referenciar o período: México (2007) e Panamá (2006). Em relação a idade utilizada para o levantamento dos usuários da Internet: 10 anos e mais para Brasil, El Salvador, Paraguai e Panamá; 6 anos e mais para México, Peru e Uruguai, 5 anos e mais para Chile, Honduras, Costa Rica e Colômbia; e 12 anos e mais para Equador e Republica Dominicana.

Os autores agradecem a Doris Olaya e César Cristancho, da CEPAL, pelas informações.

<sup>13</sup> São exemplos de nomenclaturas: *Infocentro* (Chile, Venezuela, El Salvador, Brasil); *Telecentro* (Brasil); *Locutório* (Argentina); *Cabina pública* (Peru, El Salvador); *Centro de conexiones* (Venezuela); *Centro de Acceso Comunitario* (México); *Servicio Público* (México); *Cibercafé- café Internet* (Ecuador, Colombia).

<sup>14</sup> No Brasil usa-se, muitas vezes, telecentro e infocentro como sinônimos. Em São Paulo, por exemplo, o Programa Acessa São Paulo, do Estado, criou os infocentros comunitários, os infocentros municipais os postos públicos de acesso à internet, enquanto o Programa da Prefeitura denomina seus centros de inclusão digital de telecentros comunitários.

### 4.3 Recomendações recentes da ITU: um elenco mínimo de indicadores

A ITU em sua *6ª Reunión sobre indicadores de las telecomunicaciones/TIC mundiales* - Genebra, dezembro 2007 - discutiu a situação atual dos indicadores TIC e em seu *Final Report* (ITU, 2007-b, p.3-4) apresenta as conclusões alcançadas e as recomendações mais importantes.

É ressaltada a necessidade dos países cooperarem efetivamente na coleta dos dados através de pesquisas domiciliares e do tratamento e sistematização dos registros administrativos, e, neste sentido, é enfatizada a importância da cooperação estreita entre os organismos nacionais de regulamentação e as oficinas nacionais de estatística.

No que toca ao acesso comunitário, os países com baixo nível de acesso e uso domiciliar das TICs são solicitados a quantificar a conectividade comunitária/pública, sendo, sugerido os indicadores:

A) *Porcentagem da população que acessa a Internet em centros de acesso comunitários/públicos.*

Informação a ser obtida através de pesquisas domiciliares, com pequenas alterações no quesito:

(HH9): *¿Dónde ha tenido lugar la utilización de Internet por un particular en los últimos 12 meses?*

. *Una facilidad comunitaria de acceso a Internet (subsidiada o gratuita)*

. *Una facilidad comercial de acceso a Internet.*

Se destaca, então, a introdução da expressão *subsidiada o gratuita*, uma vez que as alternativas de resposta em inglês já incluíam a palavra *facility*: *Community Internet access facility* e *Commercial Internet access facility*. (ITU, 2005).

B) *Porcentagem de localidade:*

. *Con corriente eléctrica*

. *Con un centro público de acceso a Internet (que substituiria os indicadores: 36.4; 36.5; 36.3 e 36 da ITU).*

. *Conectadas a la red telefónica pública (fija y/o móvil).*

É proposta a desagregação das localidades segundo os intervalos de classe de tamanho populacional:

> 499; 500-999; 1 000 -2 499; 2 500 -9 999; 10 000 - 49 999; 50 000 pessoas ou mais.

Ao propor estes indicadores é ressaltada a relevância de se contar com este conjunto mínimo para todos os países direcionem esforços para disponibilizá-los.

## 5 Visando uma estratégia de medição dos CCDs para a Iberoamérica

Considerando as dificuldades metodológicas e operacionais apresentadas, sugerir uma estratégia de medição dos CCDs na Iberoamérica é tarefa difícil e complexa. Assim, a proposta a seguir deve ser vista como preliminar, a ser debatida e, certamente, enriquecida no IV Seminário, para a elaboração de uma proposta final.

A própria redução no conjunto de indicadores propostos - do *Taller* 2004 (Indicadores Territoriais, de Usuário, de Uso e de Infra-estrutura e de Utilização da Infra-estrutura) aos do elenco mínimo da ITU – é, por si só, um reflexo das dificuldades encontradas para a obtenção dos dados.

É neste contexto de dificuldades que se julga pertinente refletir sobre a possibilidade de se sugerir indicadores levando-se em conta:

. a existência atual de informações disponíveis para um número considerável de países, provenientes de fontes confiáveis, como os INEs, as agências de governo e os organismos internacionais, com disponibilidade imediata (ou quase); e

. a experiência de boas práticas, como as do México e do Chile, onde a existência de uma coordenação forte e aglutinadora dos programas de inclusão digital viabiliza a elaboração de um cadastro dos centros de acesso público, facilitando a sistematização de dados dos centros de acesso comunitário.

## **Indicadores**

O **primeiro indicador** - de demanda - acompanha a sugestão da ITU - *6ª Reunión*.

### **(1) Porcentagem da população que acessa a Internet em centros de acesso comunitário/público.**

Informação obtida através do quesito *"Lugar de uso de Internet en los últimos 12 meses"* das pesquisas domiciliares. Porém, é necessário estar atento à falta de padronização/harmonização das pesquisas domiciliares dos países da região, como anteriormente assinalado.

Quanto à idade a partir da qual é feita a pergunta, embora não haja uma padronização nos levantamentos, pode-se conseguir uma harmonização na divulgação das informações, levando-se em conta, por exemplo, a população de 12 anos e mais de idade (a mais elevada nas pesquisas da região).

Para o local de acesso, a tarefa é mais difícil, pois muito embora a maioria utilize centro de acesso grátis/sem custo ou pago/com custo há a recomendação do OSILAC e *Partnership* para a substituição por *"En un local de acceso comunitario a Internet"* e *"En un local de acceso comercial a Internet"*. Ainda que se compreenda a mudança sugerida como uma tentativa de aproximação ao conceito de CCD no momento, a situação está mais heterogênea na região. Uma possibilidade seria usar a informação de forma agregada.

Para o período de referência, apesar da grande variação (da semana passada aos 12 meses ou ao não referenciamento de tempo), acredita-se numa influência menor na comparação entre os países.

Este é um indicador a ser construído para o total do país, regiões, estados e grandes cidades, uma vez que os resultados são provenientes de pesquisa por amostra.

O **segundo indicador** - de demanda - como proposto no *Taller2004* e ITU 36.6:

### **(2) População Objetivo para os serviços dos CCDs.**

Indica o número de pessoas que hoje se encontram em "déficit tecnológico".

Como sugerido, ele é calculado pela subtração do número de pessoas do país com 6 anos e mais (população potencial) do número de pessoas que têm acesso não comunitário à Internet, isto é, os realizados a partir de outros locais como domicílio, trabalho e escola.

Como a idade para o levantamento varia segundo o país, quanto menor a idade considerada maior o "déficit tecnológico". Cabe, então, a mesma ressalva feita anteriormente sobre a necessidade de se estabelecer um padrão para a região<sup>15</sup>, por exemplo, 10 anos e mais.

O **terceiro indicador** - de oferta - como proposto no *Taller2004* e ITU 36.5:

### **(3) Porcentagem de localidade com CPAI por classe de tamanho populacional.**

É calculado dividindo-se o número de localidades que têm pelo menos um centro deste tipo pelo número total de localidades do país, multiplicando-se o resultado por 100.

---

<sup>15</sup> A Europa usa como padrão a faixa etária de 16-74 anos. Outros países desenvolvidos usam idades distintas: os EUA usam 3 anos e mais, o Japão usa 6, o Canadá 18 (UN, 2008, p.43).

Este indicador depende da existência de cadastro dos CPAIs e da decisão sobre localidade e que desagregação populacional considerar, dado que muitos países não possuem informações referentes dos intervalos inferiores sugeridos. No Brasil, por exemplo, a classe de população com menos de 2.499 corresponde a menos de 6% do total de localidades municipais (BRASIL-IBGE, 2008).

Por outro lado, poucos são os países que possuem um cadastro dos CPAIs.<sup>16</sup> No entanto, acredita-se que a tendência é que os países, no âmbito de suas políticas públicas de inclusão digital, contem com informações sobre os centros comunitários implementados e a implementar.

Neste caso, seria mais provável a existência, atual ou no curto prazo, de cadastro dos **CCDs**. Assim, acredita-se pertinente, para a região, referenciar o indicador aos **CCDs**.

Daí, a sugestão do indicador:

### **(3.1) Porcentagem de localidade com CCD por classe de tamanho populacional.**

Nesta abordagem, seria pertinente um **quarto indicador**, seguindo o *Taller2004* e a ITU 36.1:

### **(4) Número de CCDs por classe de tamanho populacional.**

Vários são os países que vêm divulgando o número de CCDs em seus sites governamentais (Quadro 3).

Uma alternativa, visando englobar os países que não possuem cadastros dos CCDs, seria a de buscar um indicador circunscrito ao:

### **(4.1) Número de CCDs dos Programas Governamentais.**

Acredita-se ser mais fácil totalizar os dados dos programas vinculados às esferas governamentais: federal, estadual e municipal <sup>17</sup>. Para estes CCDs outras informações podem ser obtidas, em especial aquelas relacionadas aos usuários, ao tipos de cursos oferecidos e a infra-estrutura dos centros (CHILE-CONI, 2006).

O **quinto indicador** sugerido é:

### **(5) Número de Centros Comerciais de Acesso à Internet (Cibercafés, Lan houses, Quioscos etc.)**

Informação a ser obtida através das estatísticas oficiais de empresas. Certamente, esta possibilidade vai depender das características das pesquisas de cada INE, por exemplo, se a classificação de atividade adotada e/ou o cadastro de empresas possibilitam a identificação destes centros comerciais de acesso à Internet.

Para se totalizar os CPAIs, haveria necessidade de informações sobre os **demais CPAIs** (CCDs ou não). Na realidade, como foi observado pelo representante da Conatel, Venezuela, na *Fifth World Telecommunication/ICT Indicators Meeting* "A não ser que haja a exigência de registro dos CPAIs é extremamente difícil saber quantos centros existem e quantas pessoas os utilizam." (ITU, 2006, p.8)

O **sexto e sétimo indicadores** seriam como propostos no *Taller2004* e ITU 36.7:

### **(6) Número total de computadores nos CCDs.**

E o indicador deste derivado, como sugerido no *Taller 2004*:

---

<sup>16</sup> Tomando-se por referência os países que responderam ao questionário ITU para o *Taller2004*, apenas o México, Honduras, Peru, Suriname e Venezuela possuíam o dado. Os autores agradecem a Sra. Vanessa Gray da ITU/Telecommunication Development Bureau/Market Economics and Finance Unit por esta e outras informações enviadas.

<sup>17</sup> Para tal, se faz necessário o estabelecimento de uma instância governamental forte, que realize o intenso e amplo esforço de sistematização dos dados gerados pelos programas de governo. Um trabalho que vai desde a harmonização dos dados coletados, tratamento e armazenamento (entrada) até a disponibilização final das informações (saída).

**(6.1) Número médio de computadores nos CCDs.** Este número daria uma idéia do tamanho médio dos centros de acesso comunitário. É um indicador de oferta que vai depender da existência deste item de dado no Cadastro Nacional de CCDs. México e Chile possuem esta informação.

O **sétimo indicador**, de temática amplamente conhecida pelos países da Região, é relativo ao Fundo de Universalização de Telecomunicações, especificamente quanto a seu uso em programas de universalização do acesso às TICs. O indicador:

**(7) Percentual de Utilização do Fundo de Universalização em Programas de Acesso Comunitário** mostraria o quanto o Governo está investindo recursos do Fundo em tais programas. Tal índice, de periodicidade anual, seria calculado dividindo o valor dos recursos do Fundo utilizado em programas de acesso comunitário no ano pelo total arrecadado pelo Fundo no mesmo ano, multiplicando o resultado por 100.

No caso do Brasil, os recursos do Fundo Nacional dos Serviços de Telecomunicações - FUST - estão sendo captados há anos, porém não estão sendo utilizados, por conta de problemas de regulamentação defasada <sup>18</sup>. A situação do Brasil contrasta, por exemplo, com a do Chile, onde muitos são os telecentros constituídos com recursos do fundo para desenvolvimento das telecomunicações - FDT <sup>19</sup>.

A utilização de um Fundo dessa natureza, ainda que temporário como no México, é condição *sine qua non* para acelerar as práticas democráticas de inclusão, desde que aplicado em atividades que justifiquem a sua arrecadação.

Das observações feitas, se poder afirmar que a existência de um Cadastro Nacional de CCDs - e, se possível, de CPAIs - é elemento básico para o fornecimento de dados sobre os centros de acesso, os tipos de centros, sua infra-estrutura e distribuição geográfica. Para complementar estas informações, ressalta-se a necessidade das pesquisas domiciliares continuarem a investigar, de forma contínua, o quesito *"Lugar de uso de Internet en los últimos 12 meses"*.

## Siglas

CEA - Conferencia Estadística de las Américas

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CITEL - Comisión Interamericana de Telecomunicaciones

CMSI - Cúpula Mundial da Sociedade da Informação

CONI - Coordinación Nacional de Infocentros (Chile)

ECA - Economic Commission for Africa/UN

ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean/UN

ESCAP - Economic and Social Commission for Asia and Pacific/UN

---

<sup>18</sup> Pelo arcabouço regulatório atual "quando se fala em universalização, está se tratando do Serviço Telefônico Fixo Comutado, por ser esse o único serviço vigente de telecomunicações no regime de prestação público". (Brasil - MC, 2006, p.5). Assim sendo, os projetos de inclusão digital não são passíveis de contar com recursos do FUST, pelo fato de proverem acesso em banda larga, o que contraria a disposição atual que prevê apenas o serviço telefônico fixo comutado como passível de universalização.

<sup>19</sup> Através do documento Regulatel (2006-c, p.3-13), verifica-se que na Argentina o fundo "*nunca se ha establecido*" e na Bolívia "*fue propuesto, pero nunca aprobado por el Parlamento*", diferentemente do Chile e da Colômbia que muito bem aplicam os recursos do fundo. O México, que apesar de não ter fundo de universalização de acesso na legislação do país, criou um fundo temporário "FCST" para tal fim e vem aplicando-o de forma eficiente.

ESCWA - Economic and Social Commission for Western Asia/UN  
EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil)  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
INEGI – Instituto Nacional de Estadística e Geografía (México)  
ONE - Oficina Nacional de Estatística  
ITU - International Telecommunication Union  
OECD - Organisation for the Economic Co-operation and Development  
ONGs – Organizações não Governamentais  
OSILAC - Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamérica y el Caribe  
REGULATEL - Foro Latinoamericano de Entes Reguladores de Telecomunicaciones  
RICYT - La Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología  
SCT - Secretaría de Comunicaciones y Transportes (México)  
SUBTEL - Subsecretaría de Telecomunicaciones (Chile)  
UIT - Unión Internacional de Telecomunicaciones  
UN – United Nations  
UNCTAD - United Nations Conference for Trade and Development  
UNECE - United Nations Economic Commission for Europe  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## Referências

### Referências

- BRASIL – IBGE. Resultados da Contagem Populacional 2007. In: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007/layoutTCU14112007.pdf>, acessado em agosto de 2008.
- BRASIL – Ministério das Comunicações (MC). Ações governamentais em inclusão digital: análise de utilização do Fust. Brasília: MC, 2006.
- BRASIL – ONID - Observatório Nacional de Inclusão Digital. Mapa dos telecentros no Brasil. In: <http://www.onid.org.br/>, acesso em agosto de 2008.
- CEPAL. eLAC 2007. In: <http://www.cepal.org/socinfo/elac/default.asp?idioma=IN>, acessado em agosto de 2008(a)
- CEPAL. eLAC 2010. In: <http://www.cepal.org/socinfo/elac/default.asp?idioma=IN>, acessado em agosto de 2008(b)
- CEPAL. Indicadores claves de las tecnologías de la información y de las comunicaciones. In: <http://www.cepal.org/socinfo/noticias/documentosdetrabajo/7/23117/Indicadores.pdf>, documento de novembro de 2005, acessado em agosto de 2008.
- CHILE. Instructivo Presidencial para el Desarrollo de la Política Nacional de Infocentros. In: [http://www.infocentros.gov.cl/coni/Descargables/Instructivo\\_Presidencial.pdf](http://www.infocentros.gov.cl/coni/Descargables/Instructivo_Presidencial.pdf), documento de setembro de 2001, acessado em junho de 2008.
- CHILE. Cadastro de Infocentros. In: [http://www.infocentros.gov.cl/AUSI/frm\\_consulta\\_cinf.asp](http://www.infocentros.gov.cl/AUSI/frm_consulta_cinf.asp), acessado em junho de 2008. (a)
- CHILE. Informações sobre a Coordenação Nacional de Infocentros - CONI. In: [http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf\\_index.htm](http://infocentros.subtel.cl/coni/red/inf_index.htm), acessado em junho de 2008. (b)
- CHILE. Informações sobre o Programa Nacional de Infocentros. In: [http://infocentros.subtel.cl/AUSI/frm\\_consulta\\_cinf.asp](http://infocentros.subtel.cl/AUSI/frm_consulta_cinf.asp), acessado em junho de 2008. (c)

CHILE – CONI. Informe Final Monitoreo 2006. Chile: SUBTEL-CONI, dezembro de 2006.

MÉXICO. Cadastro de CCDs. In: [http://www.e-mexico.gob.mx/wb2/eMex/eMex\\_Ubica\\_tu\\_CCD](http://www.e-mexico.gob.mx/wb2/eMex/eMex_Ubica_tu_CCD), acessado em junho de 2008. (a)

MÉXICO. Sistema Nacional E-Mexico. In: <http://www.sct.gob.mx/e-mexico/sistema-nacional-e-mexico/>, acessado em julho de 2008. (b)

OLAYA, Doris. Colección de Estadísticas de Acceso Comunitario a las TICs. In: [http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/16\\_osilac\\_s\\_REV.ppt](http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/16_osilac_s_REV.ppt), documento de 2004, acessado em agosto de 2008, p.5.

OSILAC. Conclusiones del Taller sobre la Medición de la Sociedad de la Información en América Latina y el Caribe. CEPAL: Santiago del Chile, noviembre de 2004

PORCARO, Rosa Maria, e BARRETO, Arnaldo Lyrio. Indicadores dos Programas Sociedade da Informação na América Latina: Uma leitura e um exercício metodológico. Avances del manual de Lisboa: RICYT - Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología. In: <http://www.ricyt.org> - Manual de Lisboa / Avances del manual, 2005.

PORCARO, Rosa M. e BARRETO, Arnado L. (2007) - Acessos público e comunitário à internet na América Latina: identificação de tendências e indicadores chaves. *VII Congreso Iberoamericano de Indicadores de Ciencia y Tecnología - Nuevos Indicadores para Nuevas demandas de Información* - São Paulo, maio de 2007. In: [http://www2.ricyt.org/docs/VII\\_Congreso/DIA\\_23/SALA\\_A/10\\_30/M\\_Rosa\\_Porcaro\\_y\\_Lirio\\_Barreto.ppt](http://www2.ricyt.org/docs/VII_Congreso/DIA_23/SALA_A/10_30/M_Rosa_Porcaro_y_Lirio_Barreto.ppt)

Versão Resumida: El Estado de la Ciencia 2007 RICYT, Buenos Aires, 37 - 45, 24 fev. 2008.  
Em: <http://www.ricyt.org/interior/difusion/pubs/elc2007/2.3.pdf>

ITU. Plan of Action. In: <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/poa.html>, documento de 12/12/2003, acessado em agosto de 2008, item B.6.a. (2003-a)

ITU. RECOMENDACIÓN 1. México: Taller mundial de indicadores para el acceso comunitario a las TIC, 2003 In: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/index-es.html>, página atualizada em dezembro de 2004, acessado em agosto de 2008. (2003-b)

ITU. Anexo I a la recomendación. In: [http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/annex/Annex1\\_s.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/annex/Annex1_s.pdf), documento de novembro de 2004, acessado em agosto de 2008. (2004-a)

ITU. Indicadores de acceso comunitarios a las TIC acordados en el Taller regional de indicadores para el acceso comunitario a las TICs. In: [http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/06\\_Indicators\\_s.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/mexico04/doc/doc/06_Indicators_s.pdf), documento de novembro de 2004, acessado em agosto de 2008, doc. 6, Anexo VII. (2004-b)

ITU. Core ICT Indicators. In: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/partnership/material/CoreICTIndicators.pdf> (versão em inglês), documento de 2005, acessado em agosto de 2008. (2005)

ITU. Community Access Indicators. Final Report of the Fifth World Telecommunication/ICT Indicators Meeting. In: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/wict06/material/ConclusionsWTIM06.doc>, documento de outubro de 2006, acessado em maio de 2007. (2006)

ITU. DEFINICIONES DE LOS INDICADORES DE LAS TELECOMUNICACIONES/TIC MUNDIALES - Versión final. In: [www.itu.int/ITU-D/ict/material/IndDef\\_s\\_v2007.doc](http://www.itu.int/ITU-D/ict/material/IndDef_s_v2007.doc), documento de abril de 2007, acessado em agosto de 2008. (2007-a)

ITU. Final Report of World Telecommunication/ICT Indicators Meeting – Key Conclusions and Recommendations. In: <http://www.itu.int/md/D06-DAP2B.1.3-C-0016/en>, documento de dezembro de 2007, acessado em agosto de 2008. (2007-b)

REGULATEL. Nuevos Modelos para el Acceso Universal de los Servicios de Telecomunicaciones en América Latina. In: Introducción y Marco Analítico para el estudio. Regulatel, Cepal & Banco Mundial: Lima/Peru, novembro de 2006. (a)

REGULATEL. Nuevos Modelos para el Acceso Universal de los Servicios de Telecomunicaciones en América Latina. Regulatel, Cepal & Banco Mundial: Lima/Peru, novembro de 2006-b, Anexo 4. (b)

REGULATEL. Nuevos Modelos para el Acceso Universal de los Servicios de Telecomunicaciones en América Latina. In: Capítulo V. Regulatel, Cepal & Banco Mundial: Lima/Peru, novembro de 2006. (c)

RICYT. Manual de Lisboa. In: [http://www2.ricyt.org/docs/lisboa/manual\\_lisboa.pdf](http://www2.ricyt.org/docs/lisboa/manual_lisboa.pdf), acessado em agosto de 2008.

UN – Nações Unidas & ITU. The Global Information Society: a Statistical View. Chile: UN, abril de 2008.